

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

Aos 21 dias do mês de setembro de 2022, pelas 12:15 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 15 e 16, de 8 e 14 de setembro de 2022;**
 2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
 3. **Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 13/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excepcional de compensação»;
Relator: Deputado Gilberto Anjos (PS)**
 4. **Discussão dos seguintes projetos de resolução:**
 - [Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos»;
 - [Projeto de Resolução n.º 187/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Reconhecimento e regulamentação da profissão de informação turística»;
 5. **Apreciação e votação dos relatórios finais sobre as seguintes petições:**

**A) [Petição n.º 26/XV/1.ª](#) — Contabilização na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos dos anos de 2013 a 2016 (2.499 assinaturas);
Relatora: Deputada Lina Lopes (PSD);**

**B) [Petição n.º 31/XV/1.ª](#) — Profissão de desgaste rápido para todos os motoristas de veículos pesados, da iniciativa do Grupo Cimeira de Motoristas (18.069 assinaturas);
Relatora: Deputada Ana Isabel Santos (PS);**
 6. **Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 47/XV/1.ª](#) — Petição pública pelo fim da precariedade laboral pública e privada, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão (76 assinaturas);**
 7. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos, apresentados pelo Grupo Parlamentar da IL:**
 - Para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a aplicação da medida de gratuidade das creches;
 - Para que a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disponibilize os dados e estudos que sustentam a sua afirmação sobre a redução da sustentabilidade da Segurança Social em cerca de treze anos, a partir de 2023, caso fosse aplicada a fórmula automática no aumento das pensões, em linha com a inflação.
 8. **Outros assuntos.**
-



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, explicando que a reunião não se iniciara mais cedo devido à reunião do Grupo de Trabalho — Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno que a antecederá, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia.

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 15 e 16, de 8 e 14 de setembro de 2022;

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Foi designada a Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) como relatora dos Projetos de Lei n.ºs 279/XV/1.ª (PSD) - «Alargamento da rede de lugares de creche e gratuidade da frequência das creches» e 287/XV/1.ª (PAN) - «Alarga a gratuidade da frequência de creche às crianças que ingressem em estabelecimento de natureza privada em virtude de ausência de oferta pública ou protocolada, alterando a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro», sinalizando o Grupo Parlamentar (GP) da IL que havia apresentado iniciativa afim, que baixara à 8.ª Comissão, pelo que pediriam a sua redistribuição. Também o GP do BE anunciou que tinha dado entrada de um projeto de lei sobre a mesma matéria, antecipando igualmente a sua baixa à 10.ª Comissão. Por sua vez, o GP do CH comprometeu-se a indicar posteriormente o autor do parecer do Projeto de Lei n.º 293/XV/1.ª (L) - «Alargamento de atribuições da autoridade para as condições do trabalho (alteração ao Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho)», enquanto os GP do PCP e da IL nomearam, respetivamente, para os Projetos de Lei n.ºs 295/XV/1.ª (PAN) - «Aumenta as garantias dos beneficiários de prestações de desemprego no âmbito das regras referentes à formação profissional, alterando o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro» e 304/XV/1.ª (BE) - «Altera o Regime Jurídico Aplicável à Contratação a Termo procedendo à 21.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro» os Senhores Deputados Alfredo Maia (PCP) e Rui Rocha (IL). Atenta a afinidade de matérias com iniciativa anterior que lhe havia sido atribuída, a Senhora Deputada Ofélia Ramos (PSD) foi confirmada como relatora do Projeto de Lei n.º

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

307/XV/1.ª (PCP) - «Elimina o fator de sustentabilidade e ordena o recálculo oficioso em todas as pensões em pagamento dos profissionais da PSP das mesmas».

Por outro lado, depois de a Senhora Presidente transmitir que a discussão do Projeto de Resolução n.º 218/XV/1.ª (PSD) - «Levantamento nacional do número de vagas em creche» já se encontrava agendada para a sessão plenária de 7 de outubro, quer o GP do BE, quer o GP do CH, deram conta que o debate dos Projetos de Resolução n.ºs 217/XV/1.ª (BE) - «Recomenda ao Governo o aumento do Salário Mínimo Nacional e dos salários da Administração Pública» e 228/XV/1.ª (CH) - «Pelo reforço do quadro de pessoal da Autoridade para as Condições de Trabalho – ACT» se deveria realizar de igual modo em Plenário.

3. **Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 13/XV/1.ª (ALRAM) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excepcional de compensação»;**
Relator: Deputado Gilberto Anjos (PS)

O Senhor Deputado autor do parecer procedeu à sua apresentação, fazendo referência ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, ao enquadramento legal, à apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário e às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a matéria. Reservando a sua posição para a discussão em Plenário, concluiu pelo cumprimento genérico dos requisitos e pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Não se registando nenhuma outra intervenção, o parecer foi aprovado por unanimidade, com os agradecimentos da Senhora Presidente.

4. **Discussão dos seguintes projetos de resolução:**
 - Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª (BE) - «Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos»;
 - Projeto de Resolução n.º 187/XV/1.ª (BE) - «Reconhecimento e regulamentação da profissão de informação turística»;

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, este ponto foi adiado para a próxima reunião ordinária da Comissão.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

5. Apreciação e votação dos relatórios finais sobre as seguintes petições:

**A) Petição n.º 26/XV/1.ª — Contabilização na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos dos anos de 2013 a 2016 (2.499 assinaturas);
Relatora: Deputada Lina Lopes (PSD);**

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) apresentou sucintamente o relatório, mencionando o objeto da petição, a verificação de todos os critérios de tramitação e a realização da audição de peticionários, propondo ainda o envio de cópia a todos os Grupos Parlamentares e ao Governo, para eventual ponderação de iniciativa. Concluída a exposição, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apelou a que pudesse ser igualmente inscrito no documento a pendência do Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª (BE) - «Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos», cuja discussão até se encontrava originalmente agendada para esta reunião. Depois de a Senhora Deputada relatora ter lembrado que a iniciativa dera entrada durante a apreciação da petição, e após a respetiva audição, os Grupos Parlamentares concordaram de forma unívoca com esta inclusão, pelo que o relatório foi aprovado por unanimidade, com o mencionado aditamento.

**B) Petição n.º 31/XV/1.ª — Profissão de desgaste rápido para todos os motoristas de veículos pesados, da iniciativa do Grupo Cimeira de Motoristas (18.069 assinaturas);
Relatora: Deputada Ana Isabel Santos (PS);**

De igual forma, a Senhora Deputada relatora analisou a petição em epígrafe no seu relatório, discorrendo sobre o seu objeto e sobre as diligências efetuadas, eximindo-se de comunicar a sua posição sobre a pretensão formulada, já que o debate teria lugar em Plenário, em função do número de assinaturas recolhidas, e concluindo pelo cumprimento dos requisitos aplicáveis, pelo envio, para conhecimento, aos Grupos Parlamentares, Deputados Únicos Representantes e ao Governo, e ainda pela remessa ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, tendo a Senhora Presidente felicitado ambas as relatoras pelo trabalho desenvolvido.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.^a SL

6. Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 47/XV/1.^a](#) — Petição pública pelo fim da precariedade laboral pública e privada, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão (76 assinaturas);

A apreciação desta petição em Comissão foi concluída com a aprovação da nota de admissibilidade, conforme disposto no n.º 13 do artigo 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição (LEDP), procedimento aliás consensualizado em reunião anterior, e sem prejuízo da realização das diligências sugeridas.

7. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos, apresentados pelo Grupo Parlamentar da IL:**

- Para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a aplicação da medida de gratuidade das creches;

O Senhor Deputado Rui Rocha (IL) explanou que este requerimento versava sobre a legislação sobre gratuidade das creches para crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, considerando que da audição regimental com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) não ficara claro se haveria vagas para todas, solicitando que fosse explicado o grau de concretização da medida.

Não se registando outras intervenções, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

- Para que a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disponibilize os dados e estudos que sustentam a sua afirmação sobre a redução da sustentabilidade da Segurança Social em cerca de treze anos, a partir de 2023, caso fosse aplicada a fórmula automática no aumento das pensões, em linha com a inflação.

A propósito deste segundo requerimento, foi novamente concedida a palavra ao Senhor Deputado Rui Rocha (IL), que começou por afirmar que mantinham a sua pretensão, apesar de saberem que tinha sido remetido um documento sobre a matéria ao Parlamento nas últimas horas, atribuindo-lhe desde logo duas limitações: a informação estática, que não permitia ter acesso ao modelo nem aos cálculos que justificavam os números exibidos; a possibilidade de a informação não ser totalmente rigorosa, já que, desde logo, não era tido em conta o impacto da inflação em alguns parâmetros que podiam influenciar o resultado final. Deste modo, o GP da IL solicitava que se prosseguisse com a discussão e votação do requerido.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que recordou que o seu Grupo Parlamentar solicitara estas estatísticas de forma insistente, dando nota que haviam apresentado um requerimento escrito diretamente na Mesa da Assembleia, sem passar pela Comissão. Isto posto, argumentou igualmente que o documento recebido omitia dados sobre o aumento da receita da Segurança Social, apontando que o importante era o equilíbrio dos saldos, e acrescentando que o documento não tinha em conta a inflação, duvidando até que a autoria fosse do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, e exortando o Ministério a enviar os dados corretos ao Parlamento.

Por sua vez, o Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP), subscrevendo a necessidade de conhecer os cálculos, destacou, porém, que não estavam reféns do seu envio para participarem este debate, em especial sobre a posição do Governo sobre a sustentabilidade da Segurança Social, justamente porque entendiam ser urgente a alteração de paradigma no sentido da criação de emprego e da diversificação de fontes da Segurança Social.

Usou então da palavra o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), que reconheceu que os números enviados ajudavam a perceber a visão do Governo, mas não de outros entidades ou Grupos Parlamentares, deixando por enquadrar um conjunto de fatores (receitas, cenário macroeconómico, mortalidade), não se conseguindo perceber o impacto e a que período remontavam. Assim, defendeu que seria útil que, pela mesma via, o Governo procurasse fazer chegar a informação completa.

Depois de a Senhora Presidente ter assinalado que o requerimento em análise apenas demandava o envio dos dados e dos cálculos efetuados, e não a concretização de uma audição, tomou da palavra o Senhor Deputado Francisco César (PS), pugnando que o Governo vinha apresentando sucessivamente os dados sobre pensões, sem nunca esquecer a sustentabilidade da Segurança Social, pelo que o MTSSS cumprira com o prometido envio da informação solicitada. Coisa bem diferente, ressaltou, era saber se os dados eram os pretendidos pelos partidos, fundamentando que seria sempre impossível agradar a todos. Isto posto, aduziu que o aumento das pensões em discussão se tratava de uma decisão penosa para o Governo, e que tinha de ser tomada



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

com dificuldade, adiantando que não a tomariam se não pudesse estar em causa a sustentabilidade do sistema, agravada pelo cenário que se perspetivava quanto ao desemprego e ao crescimento económico futuro.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) foi esclarecido que a única informação recebida fora a que havia sido distribuída pelos Grupos Parlamentares, vincando até a difícil legibilidade dos números.

Já o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) destacou a importância do envio das tabelas, que no seu entender haviam revelado que só era possível formular a afirmação sobre o impacto da legislação na sustentabilidade ignorando o acréscimo de receita, o que até teria sido corroborado por membros da Comissão de Sustentabilidade. Deste modo, considerou que, se o GP do PS estava tão seguro dos dados, não deveria obstar à audição do GEP do MTSSS requerida pelo seu Grupo Parlamentar, cuja apreciação estava incluída no ponto dedicado aos outros assuntos.

Por fim, o Senhor Deputado Rui Rocha (IL) constatou que, no seu ponto de vista, com a apresentação de todos os argumentos, o GP do PS admitira pela primeira vez a existência de um corte no aumento das pensões.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e a favor do PSD, do CH, da IL, do PCP e do BE.

8. Outros assuntos.

A Senhora Presidente resumiu que o GP do PS se opôs a que o requerimento do GP do CH para audição da MTSSS, da Comissão para a Diversificação das Fontes de Financiamento e Sustentabilidade da Segurança Social, e dos técnicos que realizaram os cálculos sobre o impacto do aumento das pensões e o requerimento do GP do BE para audição do Diretor-Geral do GEP do MTSSS para prestar informações sobre o impacto real da inflação na sustentabilidade da Segurança Social pudessem ser apreciados nesta reunião, atendendo à reduzida antecedência do seu envio, donde ambos seriam incluídos na Ordem do Dia da próxima reunião ordinária da Comissão



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

Por último, foi igualmente confirmado que o reagendamento das Jornadas Parlamentares da IL para 3 e 4 de outubro impedia a realização da reunião bilateral com a Comissão homóloga do Parlamento da Roménia nesse período, que teria assim de ser adiada, até porque a CTSSI aguardava ainda resposta ao projeto de programa oportunamente expedido à Embaixada.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2022.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Rui Rocha (IL)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Lina Lopes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Rui Afonso (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Galveias (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Marta Freitas (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Pedro Roque (PSD)